



Gazeta Mercantil – 28 Nov 2003

Investidores consideram insuficiente proposta para novo modelo

Se a minuta de medida provisória que circula desde segunda-feira entre os agentes do setor elétrico sintetiza o pensamento do governo a respeito do novo modelo, os investimentos privados podem não existir mais. Essa é a conclusão do analista Ernesto Guedes Filho, da Tendências Consultoria. "Esse documento tem como principal característica um intervencionismo estatal muito forte, além de violar princípios básicos de autonomia do agente regulador", afirma. "Com essas bases, não há tranquilidade para o investidor privado."

Gustavo Loyola, também da Tendências, explica que se for confirmada a migração para uma maior participação do Estado, será criado um modelo híbrido, com a atuação governamental simultânea como regulador e como investidor. "Esse seria o pior dos mundos, um modelo-monstro, que gera incertezas para o mercado", afirma.

O presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Sales, confirma que se o novo modelo for como está sendo divulgado, a iniciativa privada pode se desencorajar. Ele definiu como de "apreensão total" o clima vivido pelos investidores. De acordo com Sales, os investimentos estão parados, por causa da incerteza em relação ao futuro. "Se continuar assim, pode faltar energia", diz, lembrando que a maturação dos projetos é longa.

A Tendências Consultoria apresentou ontem, em São Paulo, um estudo denominado Cenários de Crescimento e Requisitos para a Retomada de Investimentos no Setor Elétrico. Segundo o documento, um cenário de crescimento do PIB de 3,4% implicará em um aumento da demanda por energia de 5,1% e, conseqüentemente, na necessidade de incrementar a oferta em 2,27 GW médios em dez anos. Para isso, seria necessário um investimento médio estimado em R\$ 20 bilhões por ano, sendo que R\$ 13,6 bilhões em geração, R\$ 3 bilhões em transmissão e R\$ 3,4 bilhões em distribuição. Desse total, o estudo avalia que o sistema de financiamento público (BNDES e recursos intra-setoriais como os subsídios RGR, CDE e ECE), junto com organismos de crédito multilaterais, conseguiria prover cerca de R\$ 9 bilhões por ano. O déficit de R\$ 11 bilhões/ano deve ser aplicado pelo setor privado. "É pouco provável que seja feito o volume de investimento necessário, já que passamos por um momento de paralisia", afirma Guedes Filho.

Os problemas regulatórios e a falta de perspectivas, devido à ausência de regras estáveis, são citados como as principais dificuldades para que os investimentos sejam realizados. A análise feita pela consultoria identifica falhas no desenho institucional da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em especial pela falta de capacitação técnica, baixa transparência dos processos de tramitação e decisão e dependência de recursos orçamentários.

O estudo aponta, ainda, alguns requisitos essenciais para a nova regulação, como a necessidade de uma agência autônoma e a garantia da existência de agentes com atuação livre. Ressalta, ainda, a necessidade de se resolver a crise econômico-financeiro das empresas do setor. Em relação às distribuidoras, em situação pior, o estudo elaborou uma simulação com 12 empresas. Pelos resultados, o equilíbrio das distribuidoras só será alcançado em 2006, se for confirmado o cenário de crescimento anual da demanda de 5,1% e com as tarifas reajustadas de acordo com a variação do IGP-M.

kicker: Estudo aponta a necessidade de R\$ 20 bilhões ao ano para atender a demanda crescente